



FORMAÇÃO E TRABALHO DE PROFESSORES PARA OS DESAFIOS DO ENSINO NO SÉCULO XXI.

A PARTICIPAÇÃO COMO ELEMENTO-CHAVE DE TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: REPRESENTAÇÕES E DESAFIOS DA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE EM TRÊS CONTEXTOS IBERO-AMERICANOS

Jennifer Monje Marín

UB – Barcelona, España

jennifer.monje27@gmail.com

Daniela Figueroa Moya

UFT– Santiago, Chile

dfigueroa@uft.cl

Resumo

O reconhecimento da Educação Infantil (EI) como etapa decisiva para o desenvolvimento integral, aliado à concepção das crianças como sujeitos de direitos, tem reafirmado a centralidade da escola enquanto espaço de participação ativa. Fundamentado em marcos internacionais como a Agenda 2030 (ONU, 2015), esse entendimento atribui à educação um papel estratégico na construção de sociedades mais justas, democráticas e sustentáveis. Nesse contexto, a EI ocupa um lugar de destaque nas políticas públicas ibero-americanas, desde que assegure acesso universal, aprendizagem integral e respeito aos direitos da criança, articulando escola, família, comunidade e protagonismo infantil. A participação, concebida como eixo estruturante das práticas e políticas pedagógicas, impõe desafios relevantes, sobretudo no enfrentamento de modelos assistencialistas e excessivamente escolarizantes ainda presentes na EI atual e na formação inicial dos professores. Esta pesquisa de doutorado tem por objetivo analisar, de forma comparativa, as representações sociais, as experiências e os saberes de agentes vinculados a cursos de Pedagogia em universidades situadas em Barcelona (ES), São Paulo (BR) e Santiago (CH), relacionando os resultados aos desafios e possibilidades da formação inicial docente no espaço ibero-americano. O referencial teórico percorre a evolução da infância e da EI, da invisibilidade conceitual (Narodowski, 1994; Sarmiento, 2004) ao reconhecimento como direito fundamental (Wintersberger, 2006; Ancheta, 2008). Aborda transformações nas

políticas públicas (Campos, 2013) que consolidaram a EI como paradigma flexível e contextual (Bondioli, 2015), no qual a participação se torna estratégia-chave para o aprimoramento da qualidade educacional, por meio da colaboração entre escola, famílias e comunidades (Moss, 2009; Oliveira–Formosinho, 2016). Discute ainda propostas para a formação inicial docente (Moreno & de la Herrán, 2017), enfatizando identidade profissional (Ferry, 2008; Devalle, 2009), saberes pedagógicos (Tardif & Lessard, 2011; Martorell, 2016) e a transição para práticas mais democráticas e participativas (Saballa & Fochi, 2017). A investigação adota uma abordagem qualitativa, com uso de Métodos Mistos e Desenho Sequencial Exploratório (DEXPLOS) (Hernández, Fernández & Baptista, 2010), permitindo a coleta integrada de dados qualitativos e quantitativos. O estudo realiza um diagnóstico comparativo entre nove programas de Pedagogia em universidades — três situadas em cada cidade—, por meio de revisão documental, entrevistas com acadêmicos universitários e questionários aplicados a estudantes. A triangulação dos dados revela convergências na incorporação de diretrizes globais às políticas de EI, que reconhecem a participação como valor, norma e inovação pedagógica. Há consenso sobre a EI como direito da criança com função social e política, e sobre a participação como instrumento de colaboração e melhoria da qualidade educacional, incluindo a formação docente. As especificidades locais apontam estratégias distintas: em Barcelona privilegia-se uma abordagem comunitária e de democratização de espaços; enquanto em São Paulo e Santiago destacam práticas avaliativas participativas, como documentação pedagógica e avaliação institucional. Contudo, persiste um descompasso entre a participação enquanto diretriz sistêmica e sua efetivação no cotidiano da sala de aula, onde a escuta ativa e o envolvimento infantil são essenciais. Em todos os contextos, há tensões entre discurso e prática, muitas vezes pautadas por concepções vagas ou idealizadas de participação. A formação inicial docente é elemento-chave, alvo de reformas que buscam alinhar teoria e prática. Apesar disso, cursos de pedagogia ainda apresentam fragmentação e dificuldades na aplicação de princípios participativos. Estudantes relatam insegurança para promover experiências participativas, e predomina uma lógica formativa orientada por metas externas, em detrimento da reflexão crítica e da autonomia. O fortalecimento de epistemologias da prática — como a figura do professor reflexivo e pesquisador — mostra-se imprescindível. Conclui-se que práticas inovadoras



e estratégias efetivas de promoção da participação devem ser incorporadas aos programas universitários, acompanhadas de compromisso ético, relacional e contextual de todos os agentes. A participação deve ser entendida como meio e fim do processo educativo, articulando-se à construção de identidades profissionais sensíveis, autônomas e colaborativas. Recomenda-se ampliar experiências práticas, fortalecer a integração teoria-prática, reestruturar currículos e estágios, e alinhar essas ações às reformas educacionais em curso, em prol de uma EI democrática, reflexiva e transformadora.

Palavras-chave: participação, educação infantil, formação de professores.

Referências

- ANCHETA, A. Hacia una nueva concepción de la educación de la primera infancia como derecho: avances y desafíos globales. *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 47, p. 1-12, 2008. Disponível em: <https://rieoei.org/historico/deloslectores/2661Ancheta.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2025.
- BONDIOLI, A. Promover a partir do interior: o papel do facilitador no apoio a formas dialógicas e reflexivas de auto-avaliação. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, p. 1327-1338, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201508142307>
- CAMPOS, M. Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 22-43, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000100003>.
- DEVALLE DE REDONDO, A. La formación docente, según las representaciones de los futuros maestros. [S.l.]: Lugar, 2009.
- FERRY, G. *Pedagogía de la formación*. Buenos Aires: Noveduc, 2008.
- MARTORELL, K. Saberes profesionales de docentes en educación preescolar que laboran con niñez menor de tres años de edad: un estudio en Costa Rica. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Université de Montréal, Montreal, 2016. Disponível em: https://papyrus.bib.umontreal.ca/xmlui/bitstream/handle/1866/18371/Martorell_Esquivel_Karla_2016_these.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 7 ago. 2025.
- MORENO, F.; DE LA HERRÁN, A. Conocimientos disciplinares y pedagógicos de las Educadoras de Párvulos en Chile. *Revista de Currículum y Formación de Profesorado*, Granada, v. 21, n. 1, p. 233-251, 2017. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/profesorado/article/view/58061>. Acesso em: 7 ago. 2025.



MOSS, P. Introduzindo a política na creche: a educação infantil como prática democrática. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 417-436, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642009000300007>.

NARODOWSKI, M. *Infancia y poder: la conformación de la pedagogía moderna*. Buenos Aires: Aique Grupo Editor S.A, 1994.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. As gramáticas pedagógicas participativas e a construção da identidade da criança. *Revista Textura*, Canoas, v. 18, n. 36, p. 132-152, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/pt/>. Acesso em: 8 ago. 2025.

SABALLA, R.; FOCHI, P. A pedagogia do cotidiano na (e da) educação infantil. *Revista Alberto*, Porto Alegre, v. 30, n. 100, p. 15-19, 2017.

SARMENTO, M. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, M.; CERISARA, A. (org.). *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Porto: ASA, 2004. p. 9-34.

TARDIF, M.; LESSARD, C. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

WINTERSBERGER, H. *Infancia y ciudadanía: el orden generacional del Estado de Bienestar*. *Política y Sociedad*, Madrid, v. 43, n. 1, p. 81-103, 2006. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2021309>. Acesso em: 7 ago. 2025.